

Funaro reúne técnicos e define programa econômico em 2 semanas

BRASÍLIA — A economia brasileira inicia esta semana um de seus períodos de maiores definições, desde a posse do Presidente José Sarney, em 15 de março. O Governo começará a elaborar o programa de ajuste econômico para os próximos três anos — com metas específicas para 1986 —, que deverá ser apresentado ao Fundo Monetário Internacional (FMI) até o fim de novembro.

O Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, recebeu do Presidente José Sarney a delegação para coordenar a elaboração do programa e discuti-lo com as lideranças políticas, segundo informou o Subsecretário de Imprensa do Palácio do Planalto, Frota Neto. A decisão, porém, sobre as medidas a serem adotadas, caberá ao Presidente Sarney, acentuou Frota Neto.

Hoje pela manhã o Ministro Funaro — que passou os últimos dez dias em conversações com o FMI e Banco Mundial — reunirá em seu gabinete os principais assessores para dar início às discussões do programa de ajuste econômico.

Quando assumiu o Ministério, em 26 de agosto, Funaro já tinha reco-

mendado as equipes técnicas do Ministério que iniciassem estudos visando a uma reformulação global da economia. De posse destes estudos, os técnicos do Ministério da Fazenda garantem estar aptos a elaborar um programa econômico para o País em, no máximo duas semanas.

A principal recomendação do Ministro aos técnicos que elaboraram estes estudos foi de que, qualquer medida a ser adotada, deverá levar em consideração o objetivo de crescimento econômico de cinco a seis por cento, estabelecida no Plano de Desenvolvimento Econômico (PND), meta inegociável. Este programa, aliás, segundo fonte do Ministério da Fazenda será o detalhamento do PND, que se encontra em análise pelo Congresso Nacional.

Os estudos feitos até agora consideram imprescindível a elevação da carga tributária em até 16 por cento reais. Para que isto possa ocorrer, já foram apresentadas propostas de elevação da alíquota do Imposto de Renda para os assalariados que ganham acima de 30 salários mínimos, e de uma elevação da tributação sobre os títulos de renda fixa. Não há, até o momento, conforme fonte do

Ministério, qualquer definição sobre estas propostas. A fonte acentua que o objetivo destes estudos é tornar a política fiscal mais equitativa e justa.

Além da elevação da carga tributária, um primeiro perfil deste programa econômico — elaborado por vários grupos de trabalho formados por técnicos dos Ministérios da Fazenda e Planejamento — deverá obedecer aos seguintes parâmetros: eliminação do déficit operacional do setor público, superávit operacional de Cr\$ 15 trilhões na receita das empresas estatais, superávit entre US\$ 10 bilhões e US\$ 12 bilhões da balança comercial, aumento real (acima da inflação) das tarifas dos serviços públicos, e venda das empresas estatais improdutivas.

O prazo para que este programa econômico seja concluído a nível técnico é, realmente, até o fim deste mês. Em seguida, o Ministro Funaro iniciará a discussão do pacote com as principais lideranças, no Congresso Nacional. Somente depois deste crivo político o programa será apresentado ao Presidente José Sarney, a quem caberá aprovar ou vetar as medidas das propostas.